



Mudando cabeças, conquistando corações

Campanha

#MenosPreconceitoMaisÍndio
teve 22 milhões de
impactos no Brasil
e no mundo



© ANDRÉ ALBUQUERQUE/ISA

Lançada pelo ISA, a campanha #MenosPreconceitoMaisÍndio convidou o Brasil a olhar os povos indígenas com mais generosidade, respeito e sem preconceito. **p.9**

- 2 MODELOS DE SUSTENTABILIDADE
- 7 PESQUISA E DIFUSÃO
- 13 DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS
- 18 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Atuação do ISA ajuda a evitar redução de florestas na Amazônia

Foram seis meses de trabalho contra as Medidas Provisórias 756 e 758: análises, informações de campo, produção de notícias e mapas, mobilizações. Embora aprovadas pelo Congresso, foram vetadas por Temer. **p.13**

Minidocumentário valoriza nova economia da floresta

Em três episódios, projeto mostra trabalho de comunidades extrativistas e indígenas com sementes, frutas e produtos da Terra do Meio. **p.4**



SOCIOAMBIENTAL SE ESCREVE JUNTO!

Junte-se ao ISA e apoie a luta pela defesa dos direitos indígenas e da diversidade socioambiental

www.socioambiental.org



Bom para comer e reflorestar

O óleo de pequi, essencial na cultura e alimentação dos índios Kĩsêdjê que vivem no Território Indígena do Xingu (MT), chegou ao box Bioma Amazônia e Mata Atlântica, no Mercado de Pinheiros, em São Paulo, depois de anos de aprimoramento.

Orgânico e produzido de forma comunitária na aldeia Ngôjwêrê, na Terra Indígena Wawi, o óleo ou Hwĩn Mbê, em língua indígena, é usado no preparo e na finalização de receitas diversas como frituras e massas. Elaborado exclusivamente pelos índios, de forma tradicional – inteiramente a frio –, o resultado é um produto que preserva o sabor, a



CLAUDIO TAVARES/ISA

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2gcWd1L>

cor, o perfume e as propriedades do fruto. Além da culinária, o pequi está presente nos mitos, nos rituais e nas festas dos Kĩsêdjê e tem sido utilizado por eles para reflorestar áreas degradadas.

O óleo vem se somar a um projeto maior dos indígenas de restauração ambiental de pastagens deixadas por ocupantes não indígenas. Árvore nativa domesticada, o pequi existe nas roças Kĩsêdjê há séculos. A extração do óleo teve início em 2011, em um trabalho coordenado pela Associação Indígena Kĩsêdjê (AIK), com apoio técnico do ISA e financeiro do Instituto Bacuri e do Grupo Rezek.

Quilombolas resgatam mutirão da colheita do arroz

Depois de 40 anos, a comunidade de Pedro Cubas, em Eldorado, no Vale do Ribeira (SP), reviveu em maio o tradicional mutirão da colheita de arroz. Entre amigos e vizinhos convidados, cerca de 60 pessoas participaram do evento vindos de diversas comunidades. Integrantes do Grupo de Fandango Batido São Gonçalo, de Cananéia, e a equipe do ISA no Vale do Ribeira também se uniram ao grupo. Antes de iniciar os trabalhos na roça, um

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2rr8q8z>



JULIANO NASCIMENTO/ISA

Em Pedro Cubas, mutirão da colheita de arroz é revivido depois de 40 anos

farto café da manhã foi servido, com guloseimas da culinária quilombola.

Fundamentais para a vitalidade da agricultura quilombola, porque promovem a transmissão do conhecimento e mantêm as práticas do Sistema Agrícola Quilombola, os tradicionais mutirões ou puxirões como são chamados regionalmente estão sendo revividos na região do Vale do Ribeira. Do mesmo jeito como aconteciam antigamente. O trabalho coletivo agiliza a colheita. Se não fosse assim, a comunidade demoraria muito mais tempo para terminar. Os mutirões perpetuam a cultura quilombola que é transmitida às novas gerações.

O responsável pela atividade coletiva foi o sr. Antonio Jorge, liderança de Pedro Cubas que organizou tudo – das refeições ao baile que só terminou de madrugada. Balanço final do dia: 30 sacos de 60 kg de arroz com casca colhidos. Ações como essa fazem parte da estratégia de fortalecimento do Sistema Agrícola Quilombola, parte do projeto Territórios da Diversidade Socioambiental, desenvolvido pelo ISA, com o apoio da União Europeia.

Cultura e aventura em terras sagradas

VISITE O SITE E INSCREVA-SE:
www.serrasdetapuruquara.org

O ISA, a Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (Acir), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e a ONG Garupa, lançaram em junho a expedição às Serras Guerreiras de Tapuruquara, parte de viagens técnicas para avaliação dos roteiros turísticos elaborados pelas comunidades indígenas do Médio Rio Negro, que vão se realizar em outubro e novembro próximos.

São dois roteiros diferentes para escolher: um mais aventureiro e outro mais cultural. Localizadas no município de Santa Isabel do Rio Negro (antiga Tapuruquara), nas Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II, no noroeste amazônico, as serras são território sagrado para a cultura indígena. Uma aventura amazônica em meio à espetacular diversidade natural do Rio



MARCELO MONZILLO

Comunidade Wabada nas serras guerreiras de Tapuruquara

Negro, guiada pelos povos que vivem no lugar há milhares de anos. É uma oportunidade única de vivenciar o cotidiano das comunidades e, ao mesmo tempo, apoiar a estruturação de um projeto de turismo de base comunitária, alternativa para o desenvolvimento sustentável da região e de geração de renda.

O chef dos chefes se encanta com os cogumelos Yanomami

Entusiasta e apoiador do projeto de comercialização dos cogumelos Yanomami para geração de renda para as comunidades indígenas, o premiado chef Alex Atala visitou em abril a região do Auaris, no extremo norte de Roraima, fronteira com a

MORENO SAPATAVA MARTINS/ISA



Venezuela, na Terra Indígena Yanomami. Atala, acompanhado pela equipe da Hutukara Associação Yanomami e do ISA, viu de perto a colheita e o manejo dos cogumelos feito pelos Sanõma, subgrupo Yanomami e se impressionou com o conhecimento que eles têm a respeito. Aproveitou a visita para prospectar produtos novos da floresta.

Essencial na dieta dos Sanõma, os cogumelos – de dez espécies diferentes – nascem em troncos de árvores caídas, nas florestas de montanha. Colhidos e enrolados em folhas de bananeira são colocados para secar no teto das malocas. Depois de desidratados, são embalados em pacotes para serem comercializados. Versáteis, vêm sendo utilizados em refinados cardápios de restaurantes renomados em São Paulo, Manaus e Paris. Alex Atala também participou com vários indígenas de uma degustação promovida pelo chef Beto Belline, no bistrô Le Garage, em Boa Vista, onde foram recebidos com iguarias à base de cogumelos Yanomami.

A economia do conhecimento da floresta é possível

Está chegando ao fim o projeto Sociobiodiversidade no Xingu, apoiado pelo Fundo Amazônia/BNDES e desenvolvido pelo ISA e parceiros ao longo de quase quatro anos. O registro das ações e atividades realizadas nesse período está em um minidocumentário de três episódios – reunindo fotos, vídeos e reportagens – denominado *Xingu, histórias dos produtos da floresta*. Para isso, o ISA contratou uma equipe formada pela jornalista Marina Yamaoka, pelo fotógrafo Rogério Assis e pelo diretor de filmes Fabio Nascimento. Ao minidocumentário, publicado na rede social “Medium” e também no site do ISA, vieram se somar um livro de mesmo nome e uma exposição fotográfica.

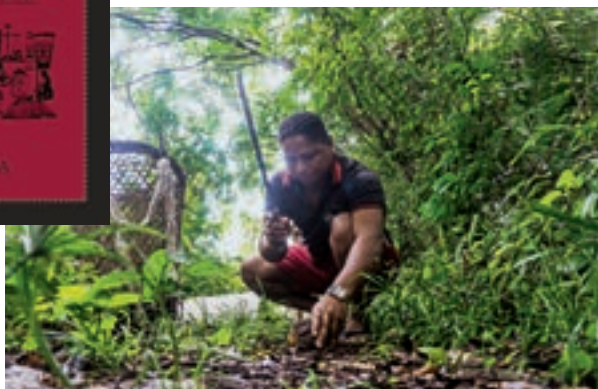
No evento denominado *O que é que a floresta tem* que aconteceu em junho, em Brasília, o ISA apresentou os produtos, com apoio do FAM/BNDES e da União Europeia. Nele, parceiros do ISA tanto no Território Indígena do Xingu (MT), quanto na Terra do Meio (PA), no Rio Negro (AM), em Roraima (RR) e no Vale do Ribeira (SP), apresentaram seus produtos: pimentas, mel, óleos, frutas, sementes, farinhas, castanhas entre outros, coletados e beneficiados por povos indígenas, pequenos agricultores e extrativistas. Ao longo dos últimos anos, eles vêm consolidando arranjos produtivos cada vez mais sofisticados, gerando renda e fortalecendo a gestão de seus territórios.

MINIDOCUMENTÁRIO

O primeiro episódio do minidocumentário tem como tema a Rede de Sementes do Xingu, que festeja seu décimo aniversário este ano, e contribui para recuperar áreas degradadas, gerar renda e valorizar a sociobiodiversidade da Bacia



FOTOS: ROGERIO ASSIS / ISA



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2rrHxhC>

De cima p/ baixo: colheita de pequi na aldeia Ngôjwêrê, Terra Indígena Wawi (MT); o extrativista Marlon coleta castanha na comunidade de Rio Novo, Resex do Iriri (PA) e mulher ikpeng planta sementes na aldeia Moygu, Território Indígena do Xingu (MT)

do Rio Xingu. Já o segundo conta como as polpas de frutas do Araguaia e produção de óleo de pequi do Povo Kĩsêdjê, no Xingu, são exemplos de valorização da sociobiodiversidade e dos saberes tradicionais da região. E o terceiro episódio revela como ribeirinhos e indígenas da Terra do Meio, mosaico de áreas protegidas entre os rios Xingu e Iriri, no Pará, reencontram a história dos seringueiros e criam uma nova economia que valoriza e protege a floresta e o modo de vida à ela integrado. Cada um deles com suas peculiaridades, mas tendo em comum o fortalecimento e a sustentabilidade desses territórios.



LUCAS LIMA / ISA

Juruna Yanomami participa da oficina de etnoapeamento da Terra Indígena Yanomami



JULIANA RADLER / ISA

Abertura da oficina do PGTA em São Gabriel da Cachoeira com representantes do ISA, Foirn e Funai

Índios do Rio Negro e de Roraima planejam seu futuro

Os indígenas do Rio Negro e os Yanomami da Terra Indígena Yanomami (RR/AM) continuam elaborando seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs). Em março, cerca de 120 lideranças Yanomami e Ye'kwana, iniciaram a terceira etapa de elaboração do plano, na qual propuseram alternativas de melhoria de sua qualidade de vida por meio da valorização da medicina tradicional, da língua, do xamanismo e do acesso aos recursos naturais, como caça, palha, castanhas e cogumelos. A oficina foi realizada pela Hutukara Associação Yanomami com o ISA, no lago Caracaranã. Uma das principais preocupações está na transmissão dos conhecimentos tradicionais às novas gerações porque apenas 3% da população têm mais de 60 anos. Nas décadas de 1970 e 1980, 20% da população foi dizimada por invasões garimpeiras. Outra preocupação são os recursos naturais. Mesmo abundantes de forma geral na TI Yanomami, algumas regiões já sofrem com a escassez. Daí a importância de retomar a mobilidade no território para encontrar lugares onde haja maior oferta de recursos. Para isso é preciso convencer os serviços públicos a se deslocar para as novas áreas. Participam das

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2qnYX1h> E
<http://isa.to/2qDI3K9>

oficinas a Funai, o ICM-Bio, o Exército, o Ibama e a Secretaria Especial de saúde Indígena (Se-

sai). Ainda restam duas etapas para finalizar o plano que tem o apoio da Fundação Rainforest da Noruega, Fundo Amazônia (FAM)/BNDES e Embaixada da Noruega.

Em oficina realizada em São Gabriel da Cachoeira (AM), entre 29 de maio e 5 de junho, sete Terras Indígenas do Rio Negro enviaram seus representantes. Participaram ainda representantes da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), do ISA e da Funai. Os participantes analisaram dados coletados nas comunidades - divididas por 20 sub-regiões no Rio Negro - compreendendo uma população de cerca de 30 mil pessoas de 25 etnias diferentes e totalizando 369 entrevistas em comunidades e sítios e 3.523 com famílias que residem em uma área de 11,5 milhões de hectares. Vale ressaltar que estão sendo construídos PGTAs, um para cada Terra Indígena (TI) da região: TI Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro II, Rio Apaporis, Balaio e Rio Tea. Além do documento de cada TI, será elaborado um plano único para toda a região de abrangência da Foirn, que definirá os rumos da gestão territorial e ambiental desejada e pensada pelas comunidades. A elaboração dos PGTAs no Rio Negro, iniciada em 2016, tem apoio da Fundação Rainforest da Noruega, Fundo Amazônia (FAM)/BNDES, H3000, Aliança pelo Clima e Fundação Gordon & Betty Moore.



Oficina de confecção de mantas de borracha durante a Semana do Extrativismo, na Resex do Riozinho do Anfrísio



No Morro do Anfrísio, mantas de borracha secam em varais

Extrativistas e empresas estreitam relação de parceria

Em maio, a Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, recebeu a quarta edição da Semana do Extrativismo da Terra do Meio (PA). Cento e cinquenta pessoas, entre ribeirinhos, indígenas e parceiros, participaram do encontro anual para pensar a produção dos produtos da floresta e a gestão integrada do território em que vivem. Oportunidade única para construir estratégias de ação de maneira integrada, de mostrar seu trabalho e o orgulho que sentem em fazer o que fazem. Ali estavam ribeirinhos das três Resex da Terra do Meio – Riozinho do Anfrísio, Rio Xingu e Rio Iriri –, da Estação Ecológica Terra do Meio, do Parque Nacional Serra do Pardo, de Altamira, agricultores familiares de Uruará, indígenas Arara, Xikrin, Juruna, Parakanã, Xipaya e Kuruaya, empresas, instituições governamentais e não governamentais.

Um dos objetivos da Semana do Extrativismo é promover o diálogo direto entre extrativistas e empresas, buscando melhorias e inovações que promovam contratos justos e transparentes. E isso não faltou no encontro. A vinda dos parceiros comerciais para conversar com os ribeirinhos e

indígenas em seu território foi fundamental para o fortalecimento dessa

relação. O diálogo constante com as empresas e os contratos estabelecidos de forma conjunta trazem segurança para que essas populações possam continuar produzindo em suas comunidades, com a garantia de um preço justo e do escoamento de toda a produção.

A alternativa encontrada para solucionar a questão dos preços flutuantes e da demora no pagamento, foi a criação de cantinas a partir de 2011, que hoje formam uma rede que se tornou um espaço público de aprendizado constante. Mais do que lugares de compra e venda de produtos, trazem segurança e transparência para a consolidação dos arranjos produtivos.

Momento de integração e fortalecimento dos ribeirinhos e indígenas, a Semana do Extrativismo reforça o orgulho dos beiradeiros da Terra do Meio, “orgulho de ser beiradeiro”, como eles dizem. Herculano de Oliveira Júnior, o Loro, da Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio, reforça: “Estamos em uma sala com instituições e empresas, discutindo de igual pra igual. E nós, que éramos chamados de preguiçosos, estamos mostrando o contrário. Começamos a bater no peito e falar que temos valor. Que o nosso valor é tão grande que não serve só para nós, mas para o resto do planeta”.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2rIVlyf>



CLAUDIO TAVARES/ISA

Público assiste ao filme em realidade virtual Fogo na Floresta, durante estreia no festival internacional É Tudo Verdade, no Centro Cultural São Paulo

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2r4atPy>

O Xingu vem até você

Durante sete minutos um curta-metragem leva o espectador direto para uma aldeia do povo Waurá (ou Waujá), no Território Indígena do Xingu, no Mato Grosso. *Fogo na floresta*, o primeiro em Realidade Virtual feito com um povo indígena, é uma coprodução do ISA com a Academia de Filmes, dirigido por Tadeu Jungle e narrado pela atriz Fernanda Torres. Compõe-se de cenas em 360 graus que levam o espectador para dentro do cotidiano da comunidade indígena e apresenta uma ameaça que paira sobre os Waurá e sobre todos os povos da Amazônia: o fogo fora de controle. Manejado há milênios pelos povos indígenas na abertura de suas roças de subsistência, o fogo agora avança sobre as matas de maneira descontrolada, em razão do desmatamento no entorno do Xingu que vem alterando o clima na região e os padrões de chuva e aumentando o ressecamento da floresta.

De maneira imersiva, o filme exhibe atividades rotineiras da comunidade, como a pesca, o futebol, a arte da cerâmica e a produção da farinha de mandioca. O curta ainda mostra uma sala de aula, a “casa dos homens” e o interior de uma maloca, compondo um cenário atual no qual coexistem

cultura tradicional e hábitos modernos. A primeira exibição do filme aconteceu em abril no festival internacional É tudo Verdade, em São Paulo, e o ISA e a Academia de Filmes organizaram uma cabine para a imprensa. No final de maio, o filme foi disponibilizado na Internet e em aplicativos gratuitos, na Google Play Store e Apple Store, que podem ser baixados por qualquer pessoa que queira viver essa experiência. A ideia é ativar o filme em eventos abertos ao público, como foi o caso do lançamento promovido em Brasília pelo ISA, *O que é que a floresta tem*, e pelo Greenpeace em São Paulo, sobre os índios Munduruku.

O povo Waurá tem uma população de 560 pessoas que vive na aldeia Piyulaga, no Território Indígena do Xingu. Famosos por sua cerâmica, cestaria e arte plumária, eles estão mobilizados para combater o fogo descontrolado que ameaça suas florestas e sua vida. O ISA, por meio de uma série de iniciativas – como o apoio e formação para o manejo e controle do fogo, formação de brigadas indígenas anti-incêndio, monitoramento de focos de calor via satélite e restauração florestal –, está ao lado dos xinguanos para encarar esse desafio.

A PUBLICAÇÃO ESTÁ À VENDA NA LOJA DO SITE DO ISA. ACESSE AQUI: <http://isa.to/2pxBatf>

LUÍZA CALAGIAN/ISA



Davi Kopenawa Yanomami, Beto Ricardo e Ailton Krenak em debate durante o lançamento do livro Povos Indígenas no Brasil na Livraria Cultura em SP

Povos Indígenas no Brasil chega à décima segunda edição

Com depoimentos especiais de mulheres indígenas e retrospectiva fotográfica da Mobilização Nacional Indígena, a nova edição, abrange o período de 2011 a 2016 marcado por retrocessos e grandes mobilizações em defesa dos direitos indígenas. São 160 artigos, 745 notícias extraídas e resumidas a partir de 156 fontes, 243 fotos e 27 mapas que sintetizam, em 828 páginas, a situação atual dos povos indígenas no Brasil. Além dos textos, divididos em cinco capítulos temáticos e 19 capítulos regionais, o livro inclui um encarte colorido com uma seleção de livros, DVDs, CDs publicados no período. Nesta edição o homenagem é o cacique Piracumã Yawalapiti, uma das mais eminentes lideranças do Território Indígena do Xingu (TIX), que morreu em 2016.

Na foto da capa do livro, o diplomata Piracumã pede calma a um policial militar após ter sido agredido com spray de pimenta e golpes de cassetete, durante um protesto da Mobilização Nacional Indígena, em Brasília (DF),

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2ptfQW0>

em 2013. O livro traz ainda cálculos atualizados sobre a situação

de todas as Terras Indígenas no Brasil, com os mapas correspondentes, dados populacionais de cada um dos povos e análises de especialistas sobre demografia, línguas indígenas, políticas de educação e saúde, entre outros temas, além de contar com uma entrevista exclusiva com pesquisadores que conduziram os estudos sobre os impactos do Programa Bolsa Família nas Terras Indígenas.

O Pibão foi lançado em abril em São Paulo e Brasília e em maio, em Manaus. Em São Paulo, o lançamento na Livraria Cultura do Conjunto Nacional contou com uma mesa de debates composta por Beto Ricardo, do ISA e duas das mais expressivas lideranças indígenas no Brasil, hoje: Ailton Krenak e Davi Kopenawa Yanomami. Em Brasília, o evento foi no Ernesto Cafés Especiais com a exibição do filme da campanha “MenosPreconceitoMaisÍndio e teve a presença de Davi Kopenawa Yanomami. Em Manaus, foi na Banca do Largo.





ANDRÉ ALBUQUERQUE/ISA

SAIBA MAIS:
<https://campanhas.socioambiental.org/maisindio/>

Estudantes Baniwa, protagonistas da campanha junto com os anciãos, em frente à Escola Pamáali, criada e gerida por eles

“Se tudo mudou em 500 anos, por que não podemos mudar e continuar a ser índio?”

A campanha #MenosPreconceitoMaisÍndio convidou o Brasil a olhar os povos indígenas com mais generosidade, respeito e sem preconceito. O lançamento da campanha, realizado em março, chamou a atenção para as críticas e agressões que os índios sofrem por terem incorporado hábitos e tecnologias não indígenas no seu cotidiano. “Os índios, como cada um de nós, são donos de suas identidades e incorporam o que quiserem do mundo que os rodeia, sem deixar de ser índios. Se você não é mais igual aos seus tataravôs e não tem sua identidade questionada por isso, porque os índios não podem também mudar e ainda assim continuar a ser índios, com todos os seus direitos respeitados?” diz o texto de apresentação. A campanha chegou à agência J. Walter Thompson por meio do *Planning4Good*, uma iniciativa da associação de planejadores Grupo de Planejamento, da qual faz parte o presidente do Conselho Diretor do ISA, Jurandir Craveiro.

Protagonizada pelos índios Baniwa, parceiros do ISA em diversos projetos de proteção territorial, fortalecimento cultural e de alternativas econômi-

cas, eles simbolizam todos os povos indígenas no Brasil que, em maior ou menor grau, enfrentam preconceito sobre sua identidade. Conhecidos por suas cestarias, pimentas e por manter vivas sua língua e inúmeras tradições, apesar de séculos de contato com o “mundo dos brancos”, os Baniwa estão entre os 24 povos indígenas que vivem no noroeste amazônico, na região conhecida como “cabeça do cachorro”, ao longo do Rio Içana, um dos formadores do Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela.

Filmada pelo Pródigo Filmes, a campanha contou com a colaboração da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) e da Escola Pamáali, criada e gerida pelos Baniwa em 2001, que já formou muitos professores e pesquisadores indígenas. Depois de séculos de contato com os brancos, os Baniwa são exemplo de resistência cultural. A campanha foi veiculada em canais de televisão abertos e fechados, em cinemas e mídias sociais impactando um total de 22 milhões de pessoas no Brasil e no mundo.

Raisg apresenta novo portal e nova publicação

Lançado em abril, o novo portal da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) traz novidades. Imagem renovada e ferramentas e serviços como vídeos explicativos se somam à disponibilização de dados cartográficos abertos, pela primeira vez disponíveis para download, para que interessados – sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais, de pesquisa e academia – possam compor mapas e análises.

A Rede lançou também o estudo *Cartografia Histórica de Áreas Naturais Protegidas e Territórios Indígenas na Amazônia*, que analisa os processos que conduziram à criação e institucionalização das Áreas Naturais Protegidas (ANP) e ao reconhecimento dos Territórios Indígenas (TI) na Panamazônia. Reúne ainda mapas temáticos atualizados das ANP e dos TI. Um deles traz o desmatamento atualizado até 2015. O lançamento foi simultâneo pelas oito instituições de seis

países amazônicos que compõem

SAIBA MAIS EM:
www.amazoniasocioambiental.org

a Raisg – FAN (Bolívia), ISA e Imazon (Brasil), Gaia (Colômbia), EcoCiencia (Equador), IBC (Peru), Provita e Wataniba (Venezuela).



Cartilhas ensinam boas práticas de manejo

As cartilhas de boas práticas de manejo de cipó-titica e castanha-do-brasil em língua Yanomae são resultado de um esforço colaborativo de professores e jovens Yanomami com assessoria do ISA para traduzir e adaptar as técnicas de coleta à realidade desse povo indígena. No caso da castanha, as boas práticas são importantes para melhorar a qualidade do produto, diminuir perdas e consequentemente aumentar o seu valor. Por isso a cartilha foca nos cuidados de separação, lavagem, secagem e armazenamento do produto entre outros pontos.

Já as boas práticas do cipó-titica visam zelar pela sustentabilidade da extração, recomendando, por exemplo, o rodízio de áreas de coleta. Matéria prima para produção de cestos utilizados no dia a dia das comunidades, e também vendidos com apoio das organizações indígenas, o aumento da demanda por cipó fez com que as mulheres Yanomami alertassem para o risco de extinção do recurso nas proximidades das aldeias. Elas provocaram o debate sobre o tema que acabou sintetizado nas recomendações da cartilha.



Aprenda a semear florestas

Se você é um entusiasta do reflorestamento e quer colocar a mão na massa, já tem um guia para orientá-lo. Lançado pelo ISA em janeiro, digital e impresso, o *Guia da Muvuca* pretende ajudar quem quiser semear florestas e campos, disseminando técnicas de reflorestamento.

Apresenta o passo a passo da muvuca, a mistura de sementes de diferentes espécies para recuperar áreas degradadas, por meio de textos explicativos e ilustrações mostrando todas as etapas – da coleta de sementes à colheita. O mix de sementes é plantado de uma só vez direto na terra e vem sendo utilizado há dez anos pelos técnicos do ISA na região do Xingu Araguaia para recuperar matas ciliares e nascentes de rios e lagoas. As atividades de restauração tiveram início em 2006, e hoje a região contabiliza cinco mil hectares reflorestados.



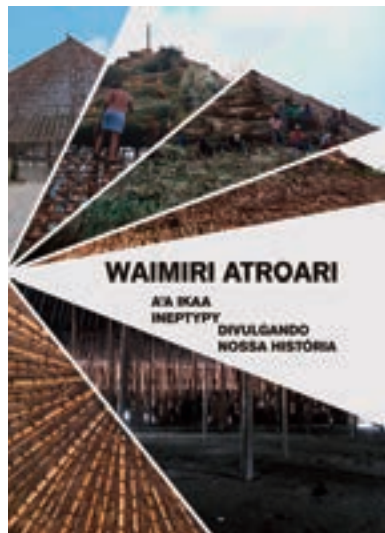
SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2ixBUPv>

Waimiri Atroari contam sua história

O livro “*Waimiri Atroari: A’A Ikaa Ineptyy* (Waimiri Atroari: divulgando nossa história em português) conta um pouco da vida atual dos Kinja, como eles se autodenominam. É resultado de um levantamento socioambiental participativo realizado por pesquisadores indígenas representantes das 31 aldeias existentes na Terra Indígena Waimiri Atroari (AM/RR), entre 2013 e 2015. A iniciativa é uma parceria entre o ISA, os pesquisadores Kinja, a Associação Comunitária

Waimiri Atroari e o Programa Waimiri Atroari (PWA). O levantamento faz parte do projeto Sistema de Indicadores Socioambientais para

Terras Indígenas, desenvolvido pelo ISA em várias Terras Indígenas da Amazônia. Em 2016, foram realizadas oficinas para definir conteúdo e tradução da publicação com os resultados dos levantamentos, e uma seleção das mais de 11 mil fotos que os Kinja tiraram. Destas, eles escolheram duas mil e 436 estão na publicação.



Mapa mostra garimpos na Terra Yanomami

O garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami não para de crescer. Estima-se que haja quatro mil garimpeiros na região, contingente que não se registrava ali desde as grandes invasões garimpeiras das décadas de 1980 e 1990.

A situação é grave e vem sendo denunciada há tempos pelos indígenas liderados pelo cacique Davi Kopenawa Yanomami. Incansável, ele tem participado de reuniões na ONU, denunciando à Comissão de Direitos Humanos a situação na Terra Indígena Yanomami (AM/RR). A ameaça da violência e das epidemias provocadas pelo garimpo, que dizimou boa parte dos Yanomami há quase quarenta anos, continua pairando sobre eles.

Por essa razão, o ISA, a Hutukara Associação Yanomami e a Associação do Povo Ye'kwana no Brasil (Apyb) produziram um mapa detalhando



a localização desses garimpos. Com esse instrumento em mãos, o líder Davi Yanomami e assessores do ISA estiveram em Brasília em abril para apresentar a denúncia à 6ª Câmara do MPF, Funai, Sesai, Ibama, e ao Ministério da Defesa.

Google exhibe exposição Povos Indígenas no Brasil

A retrospectiva que cobre 36 anos de luta dos povos indígenas por seus direitos coletivos ganhou o mundo em mostra interativa e bilíngue, com curadoria do ISA, no Google Arts & Culture. Depois de passar por Brasília (DF), São Paulo (SP), Manaus (AM) e Belém (PA), a exposição fotográfica *Povos Indígenas no Brasil 1980-2016* está agora em versão digital e atualizada na plataforma do Google Arts & Culture – acessível por computadores, *tablets* e celulares. Inaugurada em abril, a mostra virtual é composta por fac-símiles de publicações, vídeos, áudios e 22 fotos, com momentos e personagens históricos do movimento indígena brasileiro, a maior parte delas publicada originalmente



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2oCPvEm>

na imprensa ou nos volumes da série *Povos Indígenas no Brasil* – que é editada desde a década de 1980, primeiro pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e, a partir de 1994, pelo ISA.

Curtas

▶ Copiô, Parente?

Novo produto de comunicação do ISA, o Copiô Parente é um boletim de áudio, idealizado pela jornalista Leticia Leite, lançado em março. Toda semana ele traz uma notícia de Brasília que interessa aos índios e aos povos da floresta a quem é dedicado. Até o final de junho 15 boletins tinham sido produzidos. Se você tem interesse em receber, mande uma mensagem para o wapp do ISA (61)99810-8703. E ouça aqui <https://soundcloud.com/socioambiental>

Luta por florestas protegidas no Pará não acabou

Se efetivada, a proposta de retirar 486 mil hectares da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim (PA) seria a maior redução de uma área protegida no país de acordo com especialistas no tema. A proposta foi prevista na Medida Provisória (MP) 756, vetada pela Presidência da República junto com a MP 758. Com o texto aprovado pelo Congresso, juntas elas retirariam a proteção de 598 mil hectares de Unidades de Conservação: mais de 10 mil hectares do Parque Nacional (Parna) de São Joaquim, em Santa Catarina, 101 mil hectares do Parna do Jamanxim, além dos 486 mil hectares da Floresta Nacional do Jamanxim, os dois últimos no sudoeste do Pará. Com o veto parcial da MP 758, o Parna do Jamanxim perde mil hectares.

Desde dezembro do ano passado, quando o governo enviou as duas MPs ao Congresso, o ISA acompanhou tudo de perto e atuou em várias frentes para evitar sua aprovação. Produziu análises e

pareceres para subsidiar parlamentares; coletou informações em campo; elaborou notícias e mapas; atendeu e subsidiou a imprensa; mobilizou organizações da sociedade civil e o público em geral.

Esse trabalho repercutiu em vários pontos do país e do mundo. A sociedade brasileira ficou sabendo, por exemplo, que alguns dos maiores grileiros e desmatadores ilegais da Amazônia podem ser beneficiados pelo esvaziamento dessas áreas protegidas. O trabalho do ISA revelou ainda que a mera tramitação das MPs estimulou novas invasões de terras públicas no sudoeste do Pará. Além disso, uma petição pelo veto no site do ISA alcançou 5 mil assinaturas. O documento foi protocolado junto à Presidência da República e a entrega foi transmitida ao vivo pelo Facebook da organização.

A luta em defesa dessas áreas, no entanto, não acabou. Após o veto, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, anunciou que um projeto de lei seria enviado ao Congresso, em regime de urgência, repondo a desafetação de 486 mil hectares da Flona do Jamanxim. A medida faria parte do acordo feito com a bancada paraense para viabilizar os vetos às MPs. Pouco depois, em viagem à Noruega, Sarney informou que o envio da proposta dependeria de um parecer do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Tramitação da Medida Provisória 756/2016

Unidade de Conservação	Área da MP	Texto do governo	Texto da comissão mista	Texto aprovado no Congresso
Flona do Jamanxim (PA)	Área total de 2,3 milhão de hectares	Retirava 305 mil hectares para criação de APA (21,5% da área original)	Retirava 486 mil hectares para criação de APA (37% da área original)	Retira 486 mil hectares para criação de APA (37% da área original)
Reserva Nacional da Serra do Cachimbo (PA)	Área total de 342.478 hectares	Não alterava	Retirava 178 mil hectares para criação de APA (mais de 50% da área atual)	Não altera
Parque Nacional São Joaquim (SC)	Área total de 49.800 hectares	Não alterava	Retirava 10,4 mil hectares (mais de 20% da área atual)	Retira 10,4 mil hectares (mais de 20% da área atual)

Total desprotegido = 496 mil hectares.

*Informações obtidas a partir do ICMBio, da proposta do governo e do relatório do deputado José Priante (PMDB-PA) e do texto aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2ruB4px>
<http://isa.to/2sjgOHS>



Tramitação da Medida Provisória 758/2016

Unidade de Conservação	Área da MP	Texto do governo	Texto da comissão mista	Texto aprovado no Congresso
Parque Nacional do Jamanxim (PA)	859 mil hectares	Aumentava o Parna em 51 mil hectares	Retirava 544 mil hectares. 273 mil podiam se tornar áreas privadas em APAs. Outros 71 mil iam para Flona do Trabió, em área pública.	Retira 101 mil hectares (11,75% da área original) para criação de APA Rio Branco.
Floresta Nacional Itaituba II (PA)	412 mil hectares	Não alterava	Retirava 169 mil hectares para criação de Área de Proteção Ambiental do Trabió.	Não altera

Total desprotegido = 305 mil hectares.

*Informações obtidas a partir do ICMBio, da proposta do governo, do relatório do deputado José Reinaldo (PSB/PA) e do texto aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados.



ADRIANA MATEOSO

Volta Grande do Xingu antes da barragem definitiva do Rio Xingu pela hidrelétrica de Belo Monte no Pará

Justiça suspende Belo Sun e Belo Monte

A Licença de Instalação da mineradora canadense Belo Sun, na Volta Grande do Rio Xingu (PA), área altamente impactada pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, foi suspensa em fevereiro pela Vara Agrária e Juizado Especial Ambiental de Altamira. O juiz acatou liminar da Defensoria Pública do Estado (DPE) que denuncia a compra ilegal de terras públicas pela empresa e a violação dos direitos humanos das populações ribeirinhas daquela região. As terras federais em questão, Vila da Ressaca, Galo e Ouro Verde, compõem a Gleba Ituna, destinada pela União, na década de 1980, à implantação de assentamento da reforma agrária. Por isso, a mineradora deve ser investigada também por crime de grilagem. A ação da DPE foi encaminhada dois dias antes da emissão da licença pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará.

O juiz alegou ainda que, em três anos, Belo Sun nada fez para realocar de forma digna os ribeirinhos impactados. A empresa pretende instalar a mina de ouro próxima da Vila da Ressaca, com 300 famílias que dependem da roça, pesca e do garimpo artesanal para sobreviver. A mineradora tem prazo de 180 dias, a contar da data da suspensão, para apresentar um plano de

reassentamento.

Já em decisão histórica e inédita, o Tribunal Regional Federal 1ª

Região (TRF1) suspendeu em abril a Licença de Operação da hidrelétrica de Belo Monte concedida em novembro de 2015. Teve como base um recurso do Ministério Público Federal.

A usina deverá seguir paralisada até que o sistema de saneamento básico da cidade de Altamira esteja efetivamente funcionando. Essa era uma das principais condicionantes para que a usina pudesse funcionar e deveria ter sido cumprida em 2014. Embora as estações de tratamento de água e esgoto estivessem concluídas em 2015, não havia previsão de funcionamento porque os domicílios da cidade não estavam ligados à rede de tubulações.

Para se ter uma ideia, no final de 2016, das 16.093 ligações domiciliares necessárias, apenas 458 haviam sido feitas. E das 11.888 conexões de água necessárias, havia somente 485. Ou seja, um ano após o barramento definitivo do Rio Xingu, apenas 3% das ligações de esgoto e 4,1% de água tinham sido realizadas, colocando em risco a saúde pública dos mais de 150 mil habitantes de Altamira.

Vem aí a IV Canoada no Rio Xingu

A Associação Indígena Yudja Miratu da Volta Grande do Xingu (Aymix) e o ISA promovem mais uma edição da Canoada Xingu. Será no feriado de 7 de setembro. A ideia é chamar a atenção para os problemas que os povos e comunidades dessa região paraense enfrentam desde a instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Para mais informações **inscreva-se aqui** www.aymix.org

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2IDVVE0>
<http://isa.to/2pIVq06>

Mobilização indígena 2017 é a maior dos últimos anos

Mais de três mil índios, de 100 diferentes povos, vindos de todo o Brasil, reuniram-se no 14º Acampamento Terra Livre, ao lado do Teatro Nacional de Brasília, durante uma semana no mês de abril. Participaram de protestos, atos públicos, debates, atividades culturais, além de audiências com autoridades, em meio à maior ofensiva contra os direitos dos povos originários nos últimos 30 anos.

Na pauta estavam, entre outros temas, a paralisação das demarcações de Terras Indígenas; o enfraquecimento das instituições e políticas públicas indigenistas; as proposições legislativas anti-indígenas que tramitam no Congresso; a tese do “Marco Temporal”, pela qual só devem ser consideradas Terras Indígenas as áreas que estavam de posse de comunidades indígenas na data de promulgação da Constituição (5/10/1988).

Os índios realizaram uma histórica marcha pela Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional para protestar contra os retrocessos em seus direitos previstos em vários projetos em tramitação. Nos dias que se seguiram novos protestos aconteceram entre eles a tentativa de depositar quase 200 caixões no espelho d’água do Congresso, para lembrar aos parlamentares os índios assassinados no Brasil. Mas foram impedidos pela Polícia Militar que os atacaram com bombas de efeito moral e gás.

Ao final do encontro, a reunião plenária do ATL reforçou a unificação da luta dos povos indígenas em defesa de seus direitos. E o documento final da mobilização, aprovado pela plenária, condenou os ataques e ameaças aos direitos originários de forma contundente. Equipes do ISA – da Comunicação, do Monitoramento de Áreas Protegidas

e do Programa Direito e Política Socioambiental – apoiaram o ATL e atuaram na comunicação e divulgação da mobilização.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/2oYsrCl>

<http://isa.to/2p25ldX>

<http://isa.to/2p8zf0c>



© MÍDIA NINJA/ANI



© MÍDIA NINJA/ANI



TATIANE KEIN/ISA

De cima p/ baixo: Anna Terra Yawalapiti faz frente à Polícia Legislativa diante do Congresso Nacional; indígenas carregam caixões de isopor simbolizando as lideranças assassinadas nos últimos anos e a índia Tuíra Kayapó lidera grupo de mulheres em protesto durante o Acampamento Terra Livre em Brasília



LUÍZ CUNHA

O designer Marcelo Rosenbaum ouve as anciãs falarem sobre o artesanato que fazem no quilombo Ivaporunduva

Web série mostra cultura e luta pela terra nos quilombos do Vale do Ribeira

A imersão do designer Marcelo Rosenbaum e seus alunos do curso de Design Essencial do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo no quilombo Ivaporunduva resultou em uma web série de quatro episódios lançados em março, dirigida pela cineasta Carol Quintanilha e publicada na página ribeiravale.org.br

Eles mostram aprendizados, experiências, emoções e revelam a importância da titulação dos territórios para a sobrevivência social e cultural dos quilombos.

Durante a imersão, o grupo foi recebido pelas senhoras quilombolas, “as guardiãs” de tudo conforme as definiu Rosenbaum. A partir daí, elas foram contando suas histórias, sempre em estreita relação com a floresta, com o mato e saíram percorrendo o quilombo, mostrando plantas, frutos, explicando para que servem e o uso que fazem deles.

Apresentado às belezas e patrimônios materiais

e imateriais pelas mais velhas da comunidade, o grupo viu de perto como se dá a relação dos quilombolas com a natureza e como preservam esse pedaço da Mata Atlântica, rico em florestas e em diversidade biológica e agrícola. Como se fosse pouco, a região é considerada patrimônio natural da humanidade pela Unesco.

A página ribeiravale.org.br traz mais informações sobre essa região do sul do Estado de São Paulo e também uma petição de apoio à titulação dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira, ferramenta fundamental para pressionar as autoridades federais e estaduais a agilizar os processos com o objetivo de reunir milhares de assinaturas.

Das 26 comunidades quilombolas existentes na porção paulista do Ribeira, só o quilombo Ivaporunduva é titulado integralmente. Sem a titulação, as comunidades estão ameaçadas de perder a terra e as condições especiais de manter sua cultura e o equilíbrio com o meio ambiente.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2IBXqQs>

Não à alteração nas demarcações

Como se já não bastassem as Propostas de Emendas Constitucionais e Projetos de Lei no Congresso que pretendem alterar o processo de demarcação de Terras Indígenas, o Ministério da Justiça editou no início do ano a portaria 80, que segue o mesmo caminho, em claro retrocesso à legislação vigente. Por isso, o ISA e diversas organizações da sociedade civil divulgaram nota de repúdio pedindo sua revogação.

A nota lembra, entre outros itens, o enfraquecimento da Funai e a forte concessão que o governo Temer faz a bancadas parlamentares anti-indígenas, em con-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2iVGdUQ>

traposição aos direitos dos povos indígenas no Brasil, especialmente o direito originário às suas terras tradicionais.

Repudia ainda a falta de diálogo com o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), ligado ao próprio Ministério da Justiça, o descumprimento do direito à consulta livre, prévia e informada e as tentativas de impor graves retrocessos à legislação que rege o procedimento de demarcação de Terras Indígenas. De acordo com as organizações, as medidas têm o objetivo de retardar ou impedir processos de demarcação, o que contribui para a ampliação e perpetuação dos conflitos existentes.

Sociedade civil recorre à PGR contra lei de concessão de parques

O ISA e um grupo de organizações da sociedade civil encaminhou em março uma representação ao procurador geral da República, Rodrigo Janot, pedindo abertura de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei de concessão de parques de São Paulo (nº 16.260), sancionada pelo governador Geraldo Alckmin em junho de 2016. O documento foi assinado também pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Guarani Yvyrupa, Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone) e Defensoria Pública de São Paulo. A lei causa polêmica por autorizar a concessão à iniciativa privada não apenas de serviços, mas também de áreas por até 30 anos, por exemplo, para a exploração madeireira e turismo, em 25 parques paulistas.

A representação critica a ausência de debate com populações afetadas, sociedade civil, pesquisadores e os próprios gestores dos parques. Aponta que a lei impede o acesso às concessões por organizações locais e comunitárias e que coloca em risco remanescentes de Mata Atlântica e Cerrado, comunidades indígenas e tradicionais.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2msw9RG>



Cachoeira das Andorinhas, no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar) no Vale do Ribeira

ROSIMERE RUIRICO

Vale do Ribeira debate Convenção da OIT

Representantes de 22 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP e PR), uma comunidade indígena e uma cabocla participaram em maio de seminário cujo objetivo principal foi apresentar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como instrumento para enfrentar violações aos direitos dos povos tradicionais. A Convenção foi publicada em 1989 e reconhecida pelo Brasil em 2002. Os debates giraram em torno da violação constante desses direitos no Brasil, seja por interpretações equivocadas ou pelo desconhecimento de sua aplicação. Daí a importância de aprofundar a discussão para que as comunidades saibam os caminhos para denunciar aos órgãos competentes as violações de direitos.

O seminário foi organizado pelo ISA, pela Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), com apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Fundação para o Devido Processo Legal (DPLF), Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR) e Rede de Cooperação Amazônica (RCA). As co-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2sifkh0>



O quilombola Jaime dos Santos relata violações de direitos no Vale do Ribeira

munidades debateram em grupos quais violações de direitos vivenciam em seus territórios. A percepção geral é de que os governos não compreendem nem reconhecem o modo de vida tradicional, o que resulta em racismo ambiental. Os casos de violência física durante fiscalização ambiental foram relatados por quilombolas e caboclos, deixando claro o desconhecimento dos agentes governamentais sobre o uso tradicional do território.

Fortalecimento institucional do ISA

Novidades no final do ano e na assembleia dos sócios

As palestras de funcionários chamadas “Fala ISA” foi a grande novidade do seminário do final do ano passado. Vários se candidataram ou foram convidados a contar suas histórias de vida e atuação no ISA em até 18 minutos. E a criatividade ganhou asas: apresentações de rap, fotos antigas, homenagens a colegas que já se foram e continuam fazendo falta. Emoções à flor da pele.

Foi assim que o Oseas Pires, da Informática, cantou sua história num rap composto por ele, que a Ivy Wiens, do Programa Vale do Ribeira, homenageou nosso inesquecível Enrique Svirsky,

vestida com a camiseta do Internacional do Uruguai e que o Beto Ricardo, do Programa Rio Negro, comoveu a todos relembrando encontro com os Ashaninka durante uma viagem de barco pelo Acre ao lado de Milton Nascimento, inspiração para as canções do disco Txai.

Já na assembleia anual dos sócios, no dia 1º de junho, um debate, aberto a todos os funcionários e colaboradores com foco na situação política do país contou com os deputados federais Alessandro Molon (Rede-RJ) e Nilto Tatto (PT-SP) e a mediação de Márcio Santilli.

Amigos para sempre

Amigos há três décadas, o músico britânico Sting e o cacique Kayapó Raoni Metuktire se reencontraram em São Paulo. Foi em maio, antes do show de Sting no estádio Allianz Park, em encontro promovido pelo ISA. Raoni e Sting se conhecem desde 1989, quando o artista esteve no Brasil e participou do I Encontro dos Povos da Floresta, em Altamira (PA), em protesto contra o projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte (na época chamada de Kararaô), no Rio Xingu. O encontro aconteceu poucos meses depois do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes no Acre. Nasceu aí a amizade entre o cacique e o cantor. Assim, Sting levou Raoni ao exterior para denunciar as ameaças aos povos da floresta no Brasil. Naquela época o cantor criou a Fundação Rainforest com sede em Nova York. Antes do show em São Paulo, Sting encontrou-se com Raoni e ambos deram uma entrevista exclusiva ao Fantástico, programa da Rede Globo de Televisão. A reportagem mostrou a antiga



ROGÉRIO ASSIS

Sting, Beto Ricardo, JP Davidson, Raoni, Trudi, André Villas-Bôas, Megaron e Betok Kayapó antes do show no estádio Allianz Park em São Paulo

amizade entre os dois, mas foi além, abordando a questão indígena no Brasil hoje, as ameaças e retrocessos em curso, o assassinato de lideranças e especialmente a grave situação dos índios no Mato Grosso do Sul. No final do espetáculo, Raoni subiu ao palco com Sting e sua mulher Trudie Styler e de mãos dadas e braços erguidos, saudaram o público nas arquibancadas do estádio. A mensagem de Sting foi curta: “Por favor, ouçam o que Raoni diz, por favor, o apoiem”.

ISA critica relatório final da CPI da Funai

Em editorial, o ISA avaliou que o parecer da Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do Inbra, publicado em maio, é inconsistente e não passa de um conjunto de acusações infundadas, desprovidas de provas. O documento relaciona medidas para prejudicar os direitos dos índios e dos quilombolas: a apresentação de um projeto de lei que, a pretexto de regulamentar o artigo 231 da Constituição, subordina a vigência dos direitos territoriais dos índios à data de promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988), consolidando a tese do Marco Temporal e anistiando os crimes praticados pela ditadura contra os índios; a sustação da vigência do decreto 4.887/2003 que regulamenta a titulação de quilombos e sua substituição por uma nova lei restritiva dos direitos territoriais quilombolas e a extinção da Funai. Propõe, também,

a revisão de demarcações

de Terras Indígenas e de titulações de quilombos já concluídos, além da abertura de investigação pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) de organizações indigenistas. O documento anexa artigos publicados pelo ISA que denunciam a intenção dos ruralistas em fragilizar os direitos dos índios e de outras populações tradicionais, e menciona alegações mentirosas feitas sobre o ISA por depoentes ouvidos na CPI. Em nenhum momento o ISA foi indagado sobre tais alegações. O ISA repudia veementemente o uso do instituto da CPI para criminalizar a sociedade civil e conspirar contra os direitos constitucionais dos índios e dos quilombolas. A organização seguirá sua trajetória histórica de defesa dos direitos dos povos indígenas e quilombolas sem se deixar intimidar.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2pXSw1r>

Está no ar o prêmio Juliana Santilli

Quem trabalha com temas como segurança alimentar, sistemas agrícolas, agrobiodiversidade, direitos coletivos, certamente conhece o trabalho de Juliana Santilli. Advogada dedicada aos direitos coletivos, ela apontou caminhos jurídicos para a defesa do direito à alimentação adequada, à diversidade agroalimentar e a um ambiente saudável, além da necessária construção de relações mais justas e solidárias entre produtores e consumidores.

Em sua homenagem, o Instituto Socioambiental, a Associação Bem-Te-Vi Diversidade e a Editora Mil Folhas do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), lançaram em maio a primeira edição do Prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade, concebido para dar continuidade ao seu trabalho revolucionário e pioneiro. As inscrições encerraram-se em 30 de junho e 49 candidaturas foram recebidas.

A ideia é premiar iniciativas, individuais ou coletivas, que fazem a diferença, promovendo a ampliação, a conservação, o acesso, a distribuição ou o uso de produtos da agrobiodiversidade e, ainda, a produção intelectual sobre o tema. O prêmio aponta também para a necessidade de defesa do direito à alimentação adequada, à diversidade agroalimentar e a um ambiente saudável, por meio da discussão de

normas de produção e uso dos alimentos, e também de ações voltadas ao reconhecimento, valorização e sustentabilidade social, cultural e ambiental de diferentes sistemas agrícolas, bem como à renovação de práticas de produção, acesso e uso de produtos da agrobiodiversidade. **Saiba tudo sobre**

o prêmio aqui: <http://www.juliana-santilli.org>



Juliana, durante palestra em Encontro da Rede de Sementes do Xingu, em 2011

Curtas

Adeus ao aliado incondicional dos Waimiri Atroari

José Porfírio Fontenele de Carvalho pertenceu a uma geração de sertanistas da Funai traumatizados pelas guerras de pacificação dos povos indígenas que estavam no caminho das estradas abertas na Amazônia brasileira no período da ditadura civil-militar. A história se repetiu muitas vezes: a Funai improvisava e forçava o contato para afastar os índios do caminho e, em seguida, os abandonava a própria sorte, o que resultou em tragédias demográficas. Assim foi com os índios Waimiri Atroari, frente ao avanço da BR-174, entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR).

*Diante da série de pressões que resultaram na morte de boa parte desse povo, Porfírio Carvalho fez dois pactos conjugados: um com outros sertanistas para estancar a destruição e com os próprios Waimiri Atroari para a implementação de um programa bem sucedido de recuperação demográfica, cultural e controle territorial. Porfírio morreu em 13 de maio, em Brasília, vítima de um câncer. **Para saber mais leia texto de Márcio Santilli em sua homenagem:** <http://isa.to/2pefnud>*



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Craveiro Jr. (presidente), Geraldo Andreello (vice-presidente), Deborah de Magalhães Lima, Marcio Santilli e Marina Kahn. Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Comunicação: Bruno Weis (coordenador). Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Isabel Harari, Letícia Leite, Oswaldo Braga de Souza. Ilustrações: Rubens Matuck. Projeto gráfico e editoração eletrônica: Ana Cristina Silveira.

VISITE NOSSO SITE: WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua João Carneiro dos Santos, 149, casa 1, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.